

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, fevereiro de 2015, número 86. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Sem-terra: da centralidade da luta pela terra à luta por políticas públicas

ARTIGO DO MÊS

Os territórios, a Via Campesina no Brasil e o conceito de movimento socioterritorial

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas

UNICAMP/Campinas – São Paulo, 27 a 30 de abril de 2015.

III Colóquio Habitat e Cidadania: habitação no campo, nas águas e nas florestas

UnB/Brasília – Distrito Federal, 12 a 15 de maio de 2015.

II Congreso Internacional “Seminario Estado, Territorio y Desarrollo (SETED)”

Santiago de Compostela – España, 1 a 3 del Julio del 2015.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Os usos da terra no Brasil.

Autor(es): Bernardo Mançano Fernandes, Clifford Andrew Welch, Elienai Constantino Gonçalves.

O livro revela um Brasil agrário onde a forte propaganda do agronegócio se apresenta como modelo absoluto, ignora ou descaracteriza o outro modelo agrícola formado pelo trabalho familiar, de produção em pequena escala e responsável pela segurança alimentar do nosso país. Esses modelos não se coadunam.



Awka Liwen: rebelde amanecer.

Autoría y guión: Osvaldo Bayer, Mariano Aiello y Kristina Hille.

Es la historia de la pugna por la distribución de la riqueza en Argentina, a partir de las matanzas contra los pueblos originarios y el robo de sus territorios ancestrales, hasta la actual rebelión de los corporaciones agropecuarias para no pagar impuestos.

Para ver:

<https://www.youtube.com/watch?v=W-DdcqFoNjc>



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

APOIO

Editoração: Danilo Valentin Pereira (bolsista FAPESP), Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Hugo A. Alves (bolsista PROEX).

Revisão: Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira (bolsista FAPESP), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.

Coordenação: Janaina F. S. C. Vinha, Juliana G. B. Mota (bolsista FAPESP) e Valmir J. de O. Valério (bolsista CNPQ).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

SEM-TERRA: DA CENTRALIDADE DA LUTA PELA TERRA À LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS

João E. Fabrini

Geolutas

joaofabrini@gmail.com

O campo brasileiro é caracterizado pela existência de diversos conflitos e lutas entre camponeses e proprietários rurais ou empresas capitalistas. A luta dos camponeses organizados em diversos movimentos mexe na estrutura da propriedade da terra e implica no solapamento de pilares do capitalismo no campo.

Entretanto, a luta dos camponeses nem sempre atinge a estrutura da produção capitalista, pois existem as lutas de natureza reivindicativa, vinculadas à cidadania e de garantia de direitos previstos na legislação, ou seja, lutas feitas no arco da ordem estabelecida. Essas lutas não são menos importantes do que as lutas insurgentes que visam mudanças estruturais. São exemplares as lutas por políticas públicas tais como direito à educação (no/do campo), moradia rural, crédito e financiamentos, dentre outras. Observa-se que a maior parte dos movimentos camponeses alia lutas estruturais com lutas reivindicativas.

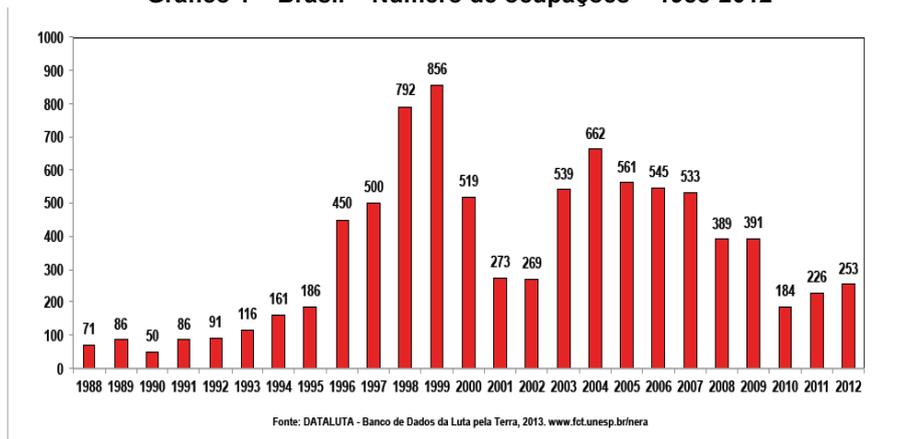
Nesse contexto, os movimentos sociais, ou sócioterritoriais, se firmaram paradigmáticos a partir da sua eficiência política e conquistas diversas. Acrescenta-se na afirmação dos movimentos o fato de pessoas adormecidas para a vida política despertarem, pois os sujeitos aprendem a reconhecer o opressor, se organizar, participar, enfim, a participação nos movimentos permite a emancipação social, política e econômica dos sujeitos.

O movimento dos sem-terra, formado por camponeses expropriados e expulsos da terra inaugurou no final da década de 1970 as lutas por meio das ocupações de terra. As ocupações de grandes fazendas improdutivas, principalmente, tornaram-se as principais formas de luta desses camponeses, indicando recusa à proletarização (no campo e na cidade) ou o deslocamento para a fronteira amazônica e paraguaia. Assim, simultaneamente à expulsão e expropriação com a evolução do capitalismo, os camponeses sem-terra foram construindo a possibilidade de retorno à terra por meio das ocupações de terra, principalmente.

As primeiras ocupações de terra surgiram de forma “isolada” nos cinco Estados ao Sul do Brasil: RS, SC, PR, MS e SP - o que deu base para o surgimento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). A CPT (Comissão Pastoral da Terra), criada em 1975 para apoiar as lutas dos camponeses, teve importante participação no surgimento do MST.

Posteriormente surgiram diversos movimentos de sem-terra que adotaram também a ocupação e o acampamento como formas de luta para acessar à terra. Operacionalizados pelos STRs, principalmente, os trabalhadores rurais vinculados à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), passaram a atuar no sentido de organizar acampamentos e ocupações de terra nos vários estados brasileiros. Nesse mesmo caminho seguiram as bases sindicais vinculadas à CUT (Central Única dos Trabalhadores); dentre outros movimentos. As ocupações de terra possibilitaram a conquista de aproximadamente 8 milhões de hectares em assentamentos, segundo dados do DATALUTA/BR e MST.

O gráfico a seguir (Gráfico 1), elaborado a partir dos dados do DATALUTA/BR (2013), indica as ocupações de terras realizadas em todo o Brasil no período de 1988-2012.

Gráfico 1 – Brasil – Número de ocupações – 1988-2012

Embora as ocupações ainda se constituam numa importante forma de luta dos movimentos de sem-terra, pois em 2012 foram realizadas 253 ocupações em todo o Brasil, esse número vem declinando a partir de 2005. Esse declínio está vinculado à redefinição das estratégias de lutas dos movimentos de sem-terra em vista de transformações conjunturais ocorridas no campo brasileiro a partir da década de 1990, principalmente¹. Os movimentos passaram priorizar a luta por políticas públicas, diferente do que ocorria no passado em que as ocupações de terra possuíam centralidade.

Na compreensão do MST, as transformações no campo brasileiro estão relacionadas à expansão do agronegócio, setor chave da economia, resultante da demanda internacional de produtos agrícolas². Em vista dessa demanda, o capital interessou-se pela agricultura com o aumento de ganho de produtividade, pois a produção na terra estaria dando mais “lucro” do que a especulação, minando o rentismo que sempre caracterizou o espaço agrário brasileiro. A elevação dos preços dos produtos de exportação fez os latifundiários a dedicarem ou entregarem suas terras à produção, diminuindo a oferta de terras improdutivas que poderiam ser destinadas à reforma agrária. Nessa perspectiva de interpretação, os latifúndios tornaram-se agronegócio, empresas rurais capitalistas e produtivas. Agora o campo seria território do agronegócio e não, necessariamente, do latifundiário.

A expansão da produção destinada à exportação sempre colocou dificuldade para os camponeses. Esse foi o caso da produção açucareira no Nordeste brasileiro na década de 1950. A elevação dos preços do açúcar no mercado internacional se desdobrava na expulsão dos camponeses das terras, o que motivou a sua organização nas Ligas camponesas. Nessa interpretação, a expansão do capitalismo no campo implica na retração da agricultura camponesa, e vice-versa.

Acrescenta-se à esse contexto de dificuldade a diminuição das desapropriações de terra e realização de assentamentos que desanimam os sem-terras em fazer novas ocupações. Enquanto no período de governo Lula e FHC foram desapropriados 48 milhões de hectares e 21 milhões de hectares,

¹ Alguns teóricos, tais como BUAINAIN, A. M. et al (2014), afirmam que as mudanças ocorridas estão vinculadas à “formação de um novo padrão agrário e agrícola no Brasil” do século 21, no qual a reforma agrária não tem sentido.

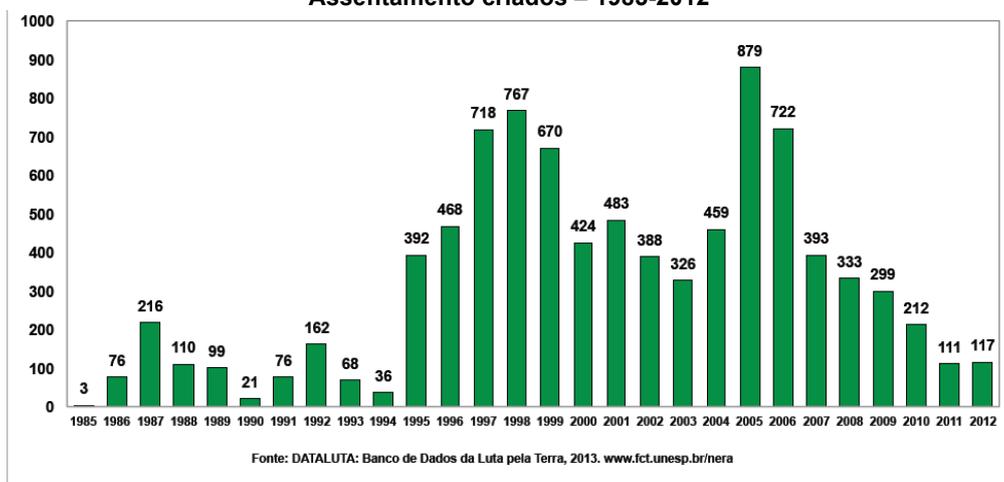
² Somente a China importou em 2011 mais de 20 milhões de toneladas de soja do Brasil. A importância da produção agropecuária para exportação levou autores como o economista Reinaldo Gonçalves, dentre outros, afirmarem que o Brasil caminha para re-primarização da sua economia.

respectivamente, no governo Dilma, foram desapropriados apenas 2,3 milhões de hectares. No ano de 2013, houve apenas 10 desapropriações de terras para fins de reforma agrária.

Esse recuo está relacionado ao fato do governo não entender a realização da reforma agrária e a pequena agricultura como parte do projeto de desenvolvimento do Brasil, bem como a atuação política dos setores ruralistas fortemente representados no Congresso Nacional. A aliança pragmática do governo com o setor ruralista para garantir governabilidade da nação colocou um conjunto de obstáculos para as desapropriações de terra e realização de assentamentos, o que, enfim, desestimulou os sem-terra a formar acampamentos e realizar ocupações de terra.

O gráfico a seguir (Gráfico 2), indica a diminuição do número de assentamentos de reforma agrária no Brasil, sobretudo a partir de 2007.

Gráfico 2 – Brasil – Número de assentamento rurais – Assentamento criados – 1985-2012



Portanto, as dificuldades diversas fizeram os movimentos de sem-terras redefinirem suas estratégias de luta, abrindo outras frentes, pois a ocupação de terra seria uma forma de luta adequada para combater latifúndios. Na compreensão dos movimentos, bem como de alguns teóricos da questão agrária comprometidos com a luta dos sem-terra, para combater o agronegócio são necessárias outras ferramentas de lutas.

Dessa forma, os movimentos de sem-terras estão dando mais atenção para os assentamentos, apesar da preocupação “do que fazer com a terra” estivesse presente desde as primeiras conquistas. São ilustrativas as propostas de formação de cooperativas, inclusive aquelas inspiradas no modelo cubano, com a coletivização da terra, trabalho e meios de produção, bem como propostas mais recentes de inserção em cadeias produtivas, ou construção de agroindústrias, como a produção de agroenergia dentro de um Plano Camponês de existência social.

A maior atenção dos movimentos aos assentamentos já ocorreu no passado recente quando no início da década de 1990 o governo federal (F. Collor) elevou a repressão contra os sem-terra. O endurecimento contra o MST fez o movimento recuar temporariamente nas ocupações de terras e atentar-se para a organização interna dos assentamentos para fortalecer as resistências. Nesse contexto surgiram

a Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) e um sistema cooperativista dos assentados, SCA.

A preocupação dos movimentos de sem-terras de fortalecer os assentamentos coaduna com o projeto atual do governo federal para assegurar capacidade produtiva e qualidade de vida às famílias. Para assegurar qualidade de vida às famílias é necessário dotar o meio rural de condições adequadas de educação, moradia, energia elétrica, internet, comunicação, crédito, agroindústria, inserção da produção camponesa no circuito comercial, dentre outras. Nessa conjuntura, os temas educação e ambiente, sobretudo a agroecologia, passaram a receber atenção especial dos movimentos camponeses. Portanto, é preciso lutar por políticas públicas para fazer dos assentamentos e do meio rural um lugar bom para viver.

Nessa sintonia dos movimentos e governo federal, o desafio é universalizar as políticas públicas para as populações camponesas. Alguns programas do governo federal se constituem em iniciativas desse desafio de universalização como o Programa Luz Para Todos, PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), PAC Máquinas (Programa de Aceleração do Crescimento), Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), Programa Terra Forte, etc. Assim, os movimentos têm investido no estabelecimento de parceria com o governo, pois a abertura da possibilidade de alcance de políticas públicas é uma oportunidade que os camponeses não vão perder.

Entretanto, o avanço de parcerias entre os movimentos e o governo federal poderá se desdobrar na energia de luta dos sem-terra. Acrescenta-se que essa condição coloca alguns desafios para os movimentos, pois eles acumularam experiências de enfrentamentos e não de parcerias com os governos. O MST está estabelecendo parcerias, inclusive com empresas capitalistas como é o caso do supermercado Pão de Açúcar, para fornecimento de produtos agroecológicos.

Assim, as ocupações de terra e o acampamento que se constituíram na principal forma de luta dos movimentos de sem-terras estão tornando-se secundárias. A luta principal está canalizada para as políticas públicas e não necessariamente luta para a conquista da terra. Agora as ocupações não são necessariamente de terra, embora elas ainda se constituam numa importante forma de luta, como destacado anteriormente. As ocupações são, principalmente, de órgãos do governo como BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social), Ministérios (Fazenda, Minas e Energia, Agricultura e Pecuária, etc.), Banco Central, dentre outros, para liberação de recursos financeiros, implantação de projetos, contra a política econômica, etc.